

# GÊNERO, CAPACITISMO E DEFICIÊNCIA: PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE MATERNIDADE DE MÃES DE FILHAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Lucas Teixeira Costa<sup>1</sup>

*Resumo:* Este estudo pretende apresentar uma paisagem do projeto de pesquisa cuja finalidade é discutir a experiência de “maternidade marcada” socialmente, a saber, de mães de filhas com deficiência física. A proposta situa-se na discussão entre deficiência, gênero, capacitismo, cuidado e maternidade, tendo como de ponto de partida a imbricação dos estudos feministas e sobre deficiência, buscando descrever aspectos sócio-históricos que desenharam esta experiência de maternagem, do ponto de vista social, como abjeta e atravessada por processos de subjetivação vinculados às expectativas do corpo funcional e da “mãe ideal”. A metodologia está atravessada por uma necessidade de contribuir para o rompimento da tradição positivista de produção de conhecimento nos estudos sobre deficiência e gênero, trazendo um duplo movimento: libertar o conjunto de regularidades historicamente determinadas sobre a experiência da maternidade da pessoa com deficiência física e, ao mesmo tempo, possibilitar múltiplos lugares de fala para estas mulheres. Assim, pretende-se a partir da aproximação do cotidiano dessas mulheres, revelar as rupturas discursivas e não discursivas transversais à experiência da maternidade, confrontando e tensionando os dispositivos historicamente instituídos e possibilitando, dessa forma, que a realidade seja reconstruída.

*Palavras-Chave:* Deficiência. Maternidade. Crítica Cultural. Gênero.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa: literatura, produção cultural e modos de vida. Orientador: Prof. Dr. Paulo César Garcia. Endereço eletrônico: [lucasteixeira1987@gmail.com](mailto:lucasteixeira1987@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Segundo os dados do Estatuto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde, no Brasil 6, 2% da população possui algum tipo de deficiência, sendo a deficiência visual a mais representativa (3, 6%). No que se refere à deficiência física, 1, 3% da população brasileira apresenta este tipo de deficiência. Esta pesquisa também revelou que apenas 5% do quantitativo geral de pessoas deficientes frequentam serviços de reabilitação (IBGE, 2010).

Os direitos das pessoas com deficiência<sup>2</sup> são assegurados pela legislação brasileira desde a constituição de 1988, na perspectiva da atenção à saúde integral, o direito a integração a vida comunitária, percentual de reserva para cargos e empregos públicos, dentre outros direitos. Porém, durante décadas (até década de 80 com a proclamação da lei 7.853/89) (BRASIL, 1989), os serviços especializados para atendimento a esta população possuía um viés assistencialista e segregacionista, promovendo pouco, se não nula, emancipação social (BRASIL, 1988).

Se os caminhos políticos para a desconstrução da naturalização da deficiência enquanto fator orgânico ainda é longo, falar sobre cuidado e maternidade também se torna um grande desafio, visto que são abordagens ainda periféricas nas políticas públicas para pessoas deficientes.

---

<sup>2</sup> Utilizar-se-á neste projeto duas nomenclaturas para se referir os sujeitos que convivem com algum tipo de deficiência: pessoas com deficiência e pessoas deficientes. A escolha por uma forma dupla de tratamento semântico ocorre em vista do constante enfrentamento teórico e metodológico presente nas produções científicas neste campo. Apesar de existir um certo consenso em relação a terminologia “pessoa com deficiência”, Diniz (2007) indica que o termo pessoa deficiente pode ser útil na construção de uma posição afirmativa, aproximando-se das posturas utilizadas em outros campos dos estudos culturais, tais como ocorre nos estudos de raça e gênero.

Assim, é preciso compreender que o cuidado materno é historicamente reforçado por uma série de instituições e está presente também no contexto da pessoa deficiente, e apresenta-se de forma ainda mais institucionalizada com esta população, levando em consideração o fato das mulheres se sentirem culpadas por carregar do “fardo” de se dedicar, muitas vezes, toda uma vida para a proteção desse sujeito invisibilizado socialmente (ZANELLO, 2018; MELLO, NUERNBERG, 2012).

Este projeto, portanto, situa-se na discussão entre deficiência, gênero, capacitismo, cuidado e maternidade tendo como de ponto de partida a imbricação dos estudos feministas e sobre deficiência, fazendo contraponto com minha experiência, enquanto técnico e pesquisador, com o atendimento de mães de filhas<sup>3</sup> com deficiência física do Centro Especializado em Reabilitação III da cidade de Alagoinhas-Bahia.

A produção de sentido destaca-se como uma ferramenta importante para compreender a vivência destas mulheres, pois privilegia uma perspectiva interacional dos estudos do conhecimento social tal como afirma SPINK, GIMEZES:

[...] trata-se de perspectiva inserida no campo mais abrangente da circulação das ideias na sociedade; campo este necessariamente transdisciplinar, objeto de estudo da história, da antropologia, da filosofia e sociologia do conhecimento e da psicologia social, para mencionar as conexões mais óbvias (SPINK, GIMEZES, 1994).

A abordagem desenvolvida para esta pesquisa, então, pensa em contribuir para “desatar os possíveis nós” que atravessam a discussão entre maternagem e deficiência, no

---

<sup>3</sup> Será utilizado neste projeto o substantivo “filhas” em defesa da desnaturalização do modo hegemônico de referenciar os substantivos plurais, sempre no masculino. Trata-se, portanto, de uma atitude de ruptura epistemológica.

esforço de produzir reflexões teórico-metodológicas tanto no campo feminista como nos estudos sobre deficiência. A produção de sentido surge, então, como um efeito da análise discursiva destes fenômenos interseccionalizados, na medida em que permite revelar os regimes de verdade e as formas de enunciação sobre a experiência álgida de ser mãe de uma filha com deficiência física (LEVÍNAS, 2005; FOUCAULT, 2015).

O interesse pelo tema de pesquisa é o resultado de reflexões que iniciei em 2016 ao trabalhar com mães de filhas com deficiência física no CER III de Alagoinhas. A experiência de entrar em contato com os relatos de uma “maternidade marcada” gerou mobilizações no sentido de buscar compreender como estas mães vivenciam esta realidade. Entre os relatos, destacam-se: o processo de luto do filho ideal, a ausência da responsabilização paterna, a culpa materna, o enfrentamento com o preconceito social, a sobrecarga do cuidado e as barreiras sociais e institucionais para a efetivação da inclusão.

Outras inquietações ocorreram na medida em que entrava em contato com os instrutivos, portarias e dispositivos que normatizam a instalação do serviço e a atuação da equipe profissional do equipamento, tais como a portaria nº 835 de 25 de Abril de 2012 e os cadernos de diretrizes de atenção do Ministério da Saúde, instrumentos estes que negligenciam a discussão da maternidade e a dimensão do cuidado no acompanhamento das pessoas com deficiência física, tendo como discurso hegemônico uma perspectiva biologicista da deficiência, focando na reabilitação da lesão.

A partir destes marcadores, ou seja, de um possível campo, pude observar algumas rupturas discursivas acerca da experiência da maternidade em interlocução com a deficiência, partindo de uma análise que entende esses fenômenos como estruturantes de uma sociedade cujo ideal de produtividade dificulta que os corpos

deficientes possam exercer uma subjetividade plena e que, utilize-se do dispositivo materno como forma de aprisionamento de lugares tidos como exclusivamente femininos, e portanto, inferiores, como é o caso da função do cuidado (ZANELLO, 2018).

O lugar de subalternidade destinados aos corpos deficientes, as mulheres, aos negros, imigrantes, dentre outras minorias historicamente oprimidas é objeto de preocupação do filósofo Achille Mbembe (2015). O autor atualiza o conceito de biopolítica<sup>4</sup> ao narrar uma transformação na forma de gerir a vida humana que tem como premissa o apagamento de subjetividades dissidentes. O que significa dizer que a morte se torna um objeto de desejo do homem ocidental. A necropolítica infiltra-se através múltiplos agenciamentos, fazendo morrer os corpos inaptos e abjetos.

Todos estes fatores serviram de combustível para uma aproximação teórica e investigativa com o tema. A partir da breve revisão de literatura apresentada neste trabalho, foi possível observar a significativa lacuna na produção científica, especialmente no contexto brasileiro. Segundo algumas autoras, tal lacuna ocorre devido ao lento processo de transformação das produções nos estudos sobre deficiência. Nesse sentido, a inserção da crítica feminista no debate sobre deficiência tem produzido uma verdadeira revolução epistemológica no campo,

---

<sup>4</sup> O conceito de biopolítica foi inicialmente postulado pelo filósofo Michel Foucault, ao descrever os mecanismos pelos quais, no seio do liberalismo, as sociedades europeias construíram uma rede de saber-poder capaz não somente de disciplinar e esquadrihar os corpos, mas, principalmente, de torná-los aptos ao trabalho em prol de um controle da vida da espécie humana, ou seja, das populações. É através de ciências como a estatística, a medicina e os “saberes psi” que irá emergir novas das relações de poder, muito mais sofisticadas e potentes em sua funcionalidade. O questionamento de Mbembe parte justamente em saber se tal concepção de biopolítica consegue dar conta do capitalismo predatório que faz funcionar a sociedade contemporânea.

pois vem questionando diversos paradigmas importantes (DINIZ, 2003; MELLO, NUERNBERG, 2012).

Diante destas colocações, pretendo utilizar neste projeto aportes da análise discursiva e das teorias feministas para problematizar as relações de poder/saber que historicamente produziram lugares preestabelecidos para o exercício dos papéis de gênero e suas implicações no campo da deficiência, já que a maternidade e cuidado são alguns desses espaços engendrados para o gênero feminino.

Por fim, destaco a importância de apresentar o modo como a deficiência se articula com categorias de análise interseccionais como gênero, raça, geração, classe social e etarismo, tento em vista que muitas mães atendidas no serviço vivenciam distintos recortes de vulnerabilidades, e cuja análise da experiência da maternagem não pode ser vista sem tratar consubstancialmente a multiplicidades destas dimensões (HIRATA, 2014).

## **MATERNIDADE E DEFICIÊNCIA FÍSICA**

O fenômeno da deficiência tem sido objeto de investimentos discursivos desde o séc. XIX, quando a luz das práticas eugenistas, dezenas de corpos tidos como deficientes foram submetidos a métodos de tortura, experimentação e à própria morte, como foi o exemplo dos regimes totalitários na Europa (ARENDRT, 2012; FOUCAULT, 2005).

As técnicas de abjeção destes corpos foram aperfeiçoadas com advento do Estado capitalista, cuja função de controle permitiu um exercício de poder pautado em sofisticados dispositivos de assujeitamento da vida, investindo em questões como sexualidade, gênero, raça, condição de classe, capacidade de produtividade, idade e outras dimensões possíveis de capturas (BUTLER, 2003; DIAS, 2013; FOUCAULT, 2005).

No campo da sexualidade/gênero também houve uma proliferação discursiva na tentativa de desenhar caminhos de subjetivação de determinados corpos, especialmente o corpo feminino e os corpos que se permitiam ao exercício de uma sexualidade dissidente (BUTLER, 2013; FOUCAULT, 1984). No anseio da efetivação de um liberalismo econômico, a divisão social do trabalho exigia o exercício de uma heterossexualidade compulsória e o incentivo à reprodução, naturalizando a maternidade como destino obrigatório para as mulheres, caracterizando o que Zanello (2018) nomeia de fator indenitário feminino, ou seja, a ideia de que para se sentir completa a mulher moderna precisaria exercer a função materna.

Apontar estas breves colocações sócio-históricas faz revelar a densidade do diálogo entre os estudos sobre deficiência e os estudos de gênero, necessária para o objeto deste trabalho. Nesse sentido, Mello, Nuernberg (2012) apontam o quanto os estudos feministas têm avançado na articulação com categorias de análise como raça/etnia, classe e religião, ao mesmo tempo em que indicam a necessidade da transversalidade da discussão da deficiência nos estudos interseccionais, em que a categoria gênero já possui uma robusta produção. Débora Diniz (2007) reforça este argumento ao afirmar:

Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, como o sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente (DINIZ, 2007, p. 5).

Dessa forma, Campbell (2001) irá descrever que o sujeito moderno, influenciado por um ideal liberal, produz um terror sobre a deficiência, já que não suporta a ideia de um corpo circunscrito fora da normatividade, o que reforça a

vulnerabilidade e até mesmo os crimes de ódio para com as pessoas com deficiência, alimentando o discurso capacitista<sup>5</sup>. Logo, o capacitismo, assim como o a misoginia e o racismo, representa a expressão de um sistema de opressão sobre determinada forma de existência, fruto de uma sociedade pouco capaz em lidar com as diferenças.

Se fosse possível apresentar um marcador epistemológico no campo dos estudos sobre deficiência, seria a discussão sobre os principais modelos elaborados para tratar/cuidar das pessoas deficientes, a saber, o modelo biomédico e o modelo social da deficiência. Assim, Diniz (2007) apresenta na obra *O que é a deficiência* uma importante genealogia dos estudos sobre a deficiência. Utilizando-se de um método dialógico, a autora traz para o debate as batalhas políticas realizadas entre os percursores dos dois modelos, dando ênfase ao modelo social da deficiência, visto que este modelo representa a superação do enfoque biológico sobre a deficiência.

De modo geral, o modelo social da deficiência parte da necessidade de “dessencializar a lesão”, ou seja, pôr em parêntese os saberes biomédicos e assumir a deficiência enquanto uma questão sociológica (DINIZ, 2007, p. 9). Parte significativa da guinada realizada por este modelo nasce da aproximação com os estudos de gênero.

Se, de um lado, na discussão sobre gênero, algumas teóricas (SCOTT, 1994; BUTLER, 2003) fazem revelar a dicotomia sexo (biologia) e gênero (cultura), descortinando a falsa sensação

---

<sup>5</sup> Por capacitismo (*ableism*) entende-se “uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de compreensão de si e do corpo (padrão normal), projetando um padrão típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano” (CAMPBELL, 2001).



de estabilidade entre o aparato biológico e o ato performativo, por outro, na esfera da deficiência, o esforço consistia em apontar que uma lesão (biologia) não poderia ser encarada enquanto uma tragédia pessoal, mas como produto de múltiplos impedimentos. A deficiência (cultura) passa a ser vista, então, como um fenômeno eminentemente social (DINIZ, 2003, p. 11).

Apesar de superar alguns paradigmas importantes sobre a relação lesão *versus* deficiência, o modelo social da deficiência sofreu fortes críticas do movimento feminista. A concepção hegemônica da corrida pela independência despertou fortes questionamentos, já que a experiência do cuidado tão expressiva para estas mulheres (deficientes ou cuidadoras de deficientes) permitiu pôr em xeque a ideia de que bastava romper as barreiras sociais, econômicas e arquitetônicas para que a pessoa com deficiência pudesse ter uma vida mais digna. Estava claro que os atores políticos do modelo social não conheciam a diversidade da realidade das pessoas deficientes, visto que era impossível para aqueles gravemente comprometidos adquirirem a almejada independência, mesmo que todas as modificações estruturais fossem realizadas.

Sendo assim, a partir da contribuição das teóricas feministas, surge pela primeira vez nos estudos sobre a deficiência a discussão sobre cuidado, assim como o debate sobre a condição de sofrimentos dos corpos com deficiência, doenças crônicas, envelhecimento e subjetividade na experiência do corpo lesado (DINIZ, 2003, p. 5). A frase emblemática “Todos somos filhos de uma mãe” dita pela filósofa Eva Kittay (1999), mãe e cuidadora de uma filha com paralisia cerebral grave, revelava a dimensão do cuidado como norteadora de toda relação humana, trazendo a

interdependência<sup>6</sup> como um novo conceito que desestabilizaria o impacto do discurso capacitista, que por sua vez, faz enxergar o sujeito deficiente como corpo abjeto.

Faz-se mister pensar, portanto, que a concepção do cuidado inaugura no campo da deficiência um novo olhar sobre o modelo social, na tentativa de desestabilizar a utopia da independência. Para além de tais reflexões, coube ainda ao movimento feminista reafirmar que o cuidado não deveria ser um espaço de esquadramento para o corpo deficiente, mas, ao contrário, possibilitaria dar voz às pessoas que possuíam a experiência do cuidado e/ou maternidade, descolonizando espaços até então sequer questionados.

Ainda no que diz respeito às lutas feministas, sabe-se que a recusa à maternidade compulsória e a pauta da liberdade sexual e reprodutiva (incluindo o direito ao aborto) foram pontos significativos de questionamento da desigualdade entre os gêneros, muito embora haja variações analíticas no modo como os feminismos compreendem tais reivindicações no contemporâneo (SCAVONI, 2001). É pertinente afirmar, entretanto, que a maternidade continua sendo um espaço de “empoderamento colonizado” para as mulheres (ZANELLO, 2018, p. 144).

A partir das premissas expostas, o presente projeto vem propor o seguinte problema de pesquisa: considerando que o cuidado e a maternidade são aspectos engendrados

---

<sup>6</sup> Ao defender a proposta da interdependência, Kittay (1999) propunha uma reflexão sobre o fato da condição humana estar condicionada a relação com o outro (sujeito-sociedade-instituição). Uma pessoa com deficiência ou sem deficiência esta imersa a um conjunto de signos e significados simbólicos que marcam sua posição enquanto sujeito relacional, condição da qual não se pode escapar. A interdependência, portanto, existe como condição *sine qua non* para a existência humana.

culturalmente, causando um impacto subjetivo na construção identitária feminina, de que forma as mães de filhas com deficiência física produzem sentido para a experiência da maternidade? Pesquisas realizadas a respeito de experiências concretas sobre maternidade e deficiência apontam núcleos de sentidos diversos ao enfrentamento desta realidade, que variam desde questões ligadas ao diagnóstico a relação institucional com as políticas públicas (MOURA, ARAÚJO, 2005; WELTER, CETOLIN, TRZCINSKI, KELICETOLIN, 2008).

Ao levar em consideração o fato de que parte significativa das mães de filhas com deficiência física que utilizam o serviço do CER III Alagoinhas são mulheres evangélicas, pretas e de baixa renda, a análise de múltiplas categorias mostra-se fundamental no entendimento da reprodução das desigualdades sociais, estando diretamente ligada a experiência da maternidade, afinal, é inconcebível comparar a realidade destas mulheres com a daquelas que frequenta serviços particulares de tratamento de deficiência, não somente pela perspectiva terapêutica, mas principalmente em relação à desigualdade de oportunidades e rede de suporte.

Sendo assim, pretende-se, a partir da aproximação do cotidiano dessas mulheres, revelar as rupturas discursivas e não discursivas transversais à experiência da maternidade, confrontando e tensionando os dispositivos historicamente instituídos e possibilitando, dessa forma, que a realidade seja reconstruída.

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Nas últimas décadas, a produção de conhecimento nas ciências sociais tem se caracterizado por um distanciamento de um *modus operandi* tecnicista, visto que os cientistas sociais

começaram a observar que “a física de leis e causas — a abordagem tradicional com que esses fenômenos sempre foram tratados — não estava alcançando resultados muito positivos em termos de predições, do controle, e da verificabilidade, que há muitos vinham sendo prometidos em seu nome” (GEERTZ, 2014, p. 9).

Logo, explicar os fenômenos sociais através de uma metodologia que atinja redes de saberes locais e a experiência do cotidiano tornou-se um desafio que vem sendo enfrentado por uma série de investigadores sociais (FOUCAULT, 2015; GEERTZ, 2014). Assim, o hibridismo que invadiu as ciências sociais possibilitou um pluralismo metodológico que foi capaz de dar conta — mesmo que de forma progressiva — de condições materiais e históricas negligenciadas em prol de um ideal de imparcialidade científica.

Por isso, a metodologia pensada para este trabalho é de abordagem qualitativa e está atravessada por uma necessidade de contribuir para o rompimento da tradição positivista de produção de conhecimento nos estudos sobre deficiência e gênero. Como o objeto em questão trata-se de mães de filhas com deficiência física, traz para meu fazer enquanto pesquisador uma tarefa dupla: libertar o conjunto de regularidades historicamente determinadas sobre a experiência da maternidade da pessoa com deficiência física e, ao mesmo tempo, possibilitar múltiplos lugares de fala para estas mulheres, em uma perspectiva que Geertz (2014) nomeia de sabedoria do senso comum<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Geertz (2014) defende que o senso comum é um sistema estrutural que precisa ser levado em consideração por fazer parte do desenvolvimento humano, englobando aspectos do cotidiano como ideologia, cultura, religião.

Utilizar-se-á, portanto, o método de análise de discurso conforme proposto por Michel Foucault, visto que não se pretende extrair dessas mulheres uma amostra universalizada de como é ser mãe de filhas com deficiência física, mas fazer revelar as funções enunciativas que sustentam esta vivência. No esforço de concretizar as propostas metodológicas mencionadas, serão utilizados como instrumentos, entrevistas individuais semiestruturadas e diário de campo. Segundo Moré (2015) a pesquisa em profundidade

Permite ao pesquisador um melhor posicionamento tanto frente ao fenômeno investigado como a todo o processo de construção da pesquisa em si [...] a pesquisa qualitativa não se legitima pela quantidade de participantes e sim pela qualidade, profundidade, detalhamento e contextualização de seus relatos (MORÉ, 2015, p. 137).

Para a seleção da participação das entrevistadas serão analisados os prontuários institucionais, documentos que contém o histórico das usuárias na instituição, onde será possível obter dados como histórico familiar, diagnósticos médicos, terapêuticas desenvolvidas, dentre outros. O critério de seleção das participantes para realização das entrevistas será ser mãe de filha com deficiência física que fazem parte dos grupos operativos e de orientação que coordeno no equipamento, pois o contato semanal permitirá uma abertura para a participação da pesquisa. A submissão ao comitê de ética será uma questão imprescindível.

Pretende-se para a aplicação das entrevistas elaborar um roteiro que será desenvolvido no decorrer da pesquisa, possibilitando a interpelação das categorias maternidade, cuidado, deficiência e suas variações enunciativas.

A respeito do diário de campo, trago a contribuição de Lewgoy (2002) que afirma:

O diário de campo consiste em um instrumento capaz de possibilitar o exercício acadêmico na busca da identidade profissional à medida que através de aproximações sucessivas e críticas, pode-se realizar uma reflexão da ação profissional cotidiana, revendo seus limites e desafios. É um documento que apresenta um caráter descritivo — analítico, investigativo e de sínteses cada vez mais provisórias e reflexivas. O diário consiste em uma fonte inesgotável de construção e reconstrução do conhecimento profissional e do agir de registros quantitativos e qualitativos [...].

Sendo assim, a escolha do diário de campo como instrumento de descrição/anotações justifica-se em decorrência da aproximação diária com o campo. Enquanto técnico/psicólogo do CER III Alagoinhas tenho tido a oportunidade refletir sobre o contexto da maternidade e deficiência, o que me faz pensar o quão importante é perceber minha implicação no campo, para que possa tensionar as relações de poder/saber que atravessam meu exercício enquanto operador institucional de políticas públicas.

## **ALGUNS RESULTADOS ESPERADOS**

Grande parte dos estudos sobre deficiência e de gênero ao longo da história estiveram baseados no binarismo Natureza X Cultura. A dualidade apresentada nos modos de compreensão destas categorias implica em uma visão uniformizante da experiência humana — ou se é deficiente, ou não deficiente, ou se é mulher ou homem, ou se é gay ou hetero, — que pouco contribui para revelar o cotidiano e as adversidades de quem vivência na corporeidade as tentativas de silenciamento de seus corpos e modos de existir.

Assim, como propõe Viveiro de Castro (2004), ao narrar os modos de sociabilidades dos ameríndios, espera-se que, através desta pesquisa, haja um rompimento com resquícios colonialistas na forma de compreender os modos contra hegemônicos de

existir, dos quais os corpos de deficientes e a experiência de uma “maternidade marcada” fazem parte. Isso significa inferir a necessidade do perspectivismo do exercício da pesquisa.

Acredito que só através de uma atitude que leve em consideração a posicionalidade, em contraponto a imparcialidade empírica, pode contribuir para emancipação das mães de filhas com deficiência física, objeto de estudo deste projeto. Assim, esta produção está sendo construída com a responsabilidade de possibilitar espaços de escuta e acolhimento destas mulheres — na aplicação de entrevistas, na escuta de suas experiências — proporcionando a (re) criação de afetos não colonizados e, dessa forma, ajudando a construir ferramentas de combate aos modos de opressões interseccionalizados.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. *Lei nº. 7.853*, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência —. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. 24 de Outubro de 1989.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Portaria nº 835*, 25 de Abril de 2012. Institui incentivos financeiros de investimento e de custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de Abril de 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Incinting legal fictions: disability date with ontology and the ableist body of the law. *Griffith Law Review*, 10, 2001, p 42-62.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Perspectivismo e multiculturalismo na América indígena. In: *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify 2002.p. 225-232

- DIAS, Adriana. *Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social*. In: Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência. São Paulo, 2013, p. 1-14.
- DINIZ, Débora. *O modelo social da deficiência: a crítica feminista*. Série Anis, 28-Jun, 2003, p. 1-8.
- DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Beata. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad. Vera Joscelyne. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 9-22.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Soc.* Vol 26 n.1. São Paulo Jan./Jun 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702014000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005).
- IBGE. Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2010.
- KITTAY, Eva. *Love's Labor: Essays on woman, equality, and dependency*, New York. 1999, p. 14.
- LEVÍNAS, Emmanuel. *Entre Nós. Ensaios sobre alteridade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.
- LEWGOY, Alzira M<sup>a</sup>. B; ARRUDA, Mariap. Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experimentação do diário digital. In: *Revista Texto & Contextos*. EDIPUCRS. Porto Alegre: 2004.
- LOBO, L. F. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- MELLO, Anahi G.; NUERNBERG, Adriano H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, set. 2012. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300003>. Acesso em: 2 out. 2020. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>.
- MBEMBÉ, Achille. Necropolítica\* biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. *Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufRJ* | n. 32 dezembro, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufRJ.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>.



MOURA, Solange M. S. R.; ARAUJO, M. F. Produção de sentidos sobre a maternidade: uma experiência no Programa Mãe Canguru. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 37-46, Apr. 2005. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141373722005000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722005000100006&lng=en&nrm=iso). access on 06 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000100006>.

MORÉ, Carnem L. O. O. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. In: *Investigação qualitativa em ciências sociais*. 2015. Vol 3.p. 126-131. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/158/154>.

ROCHA, Lourdes de M. L. N. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta por emancipação. *Revista políticas públicas*. São Luís, Número Especial, p. 313-322. Novembro de 2016.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais. *Cadernos Pagu*, n. 16, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, jul./dez. 1995.p. 71-99. Disponível em: [https://www.4shared.com/office/XCWKugpj/joan\\_scott\\_-\\_gnero\\_uma\\_categor.html](https://www.4shared.com/office/XCWKugpj/joan_scott_-_gnero_uma_categor.html).

SPINK, M. J.p., & GIMENEZ, M. G. G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. 1994. *Saúde e Sociedade*, 3 (2), 149-171.

WELTER, I.; CETOLIN, S.; TRZCINSKI, C. e KELLICETOLIN, S. *Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade*. In: *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 7 n. 1, p. 98-119. jan./jun. 2008. p. 99-119.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Apriss, 2018, p. 143-173.

WELTER, I.; CETOLIN, S.; TRZCINSKI, C. e KELLICETOLIN, S. *Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade*. In: *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 7 n. 1p. 98-119. jan./jun. 2008. p. 99-119.